
A ciência contra as mulheres: a “contribuição” científica para a criação de estereótipos de gênero¹

Marta dos Santos VALIM²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A tese da neutralidade científica é questionada desde, pelo menos, a década de 1930. Fruto de sua época e tendo sido construída, nos últimos quatro séculos, majoritariamente por homens brancos, a ciência moderna tende a refletir e a ratificar uma visão de mundo que excluiu as mulheres da vida pública e da produção de conhecimento. Este artigo visa identificar argumentos científicos utilizados para reforçar o papel de inferioridade da mulher na sociedade em diferentes períodos da história.

PALAVRAS-CHAVE: ciência; gênero; história da ciência; história das mulheres

INTRODUÇÃO

As mulheres cientistas enfrentam, ainda no século XXI, uma série de desafios e obstáculos em suas carreiras, como a menor presença nos postos mais altos das hierarquias científicas³ ou em áreas tradicionalmente masculinas, como tecnologias e engenharias. A contribuição das mulheres para o desenvolvimento técnico-científico da humanidade, só começou a ser reconhecido e estudado apenas há algumas décadas.

A reduzida participação das mulheres na história das ciência ocorreu, segundo Schiebinger (2001, p.13) por causa da estruturação social em torno dos interesses e do poder masculino; da total cisão entre a esfera pública (dirigida para e pelos homens) e a esfera privada (dirigida para e pelas mulheres); e da dissociação entre o saber considerado científico do senso comum.

Que sabedoria pode haver na menstruação? Que fonte de conhecimento pode haver no seio repleto de leite? Que alimento para abstração pode haver na rotina diária de alimentar e limpar? O pensamento patriarcal relega tais experiências definidas por gênero ao domínio do “natural”, do não transcendente. O conhecimento das

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa – GP Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda do Curso de Mídias Criativas da ECO-UFRJ, e-mail: martavalim@hotmail.com

³ Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/desigualdades-genero-ciencia-brasileira>

mulheres torna-se mera intuição, a conversa entre as mulheres torna-se fofoca. (LERNER, 2021, p.275)

Ainda assim, algumas mulheres, com frequência de classes sociais mais abastadas ou com familiares cientistas, conseguiram superar as barreiras e fazer ciência. Muitas outras, anônimas, transferiram seus conhecimentos sobre plantas e ervas medicinais, sobre concepção e parto, por exemplo, de geração em geração, sem que a historiografia as imortalizasse.

O papel das mulheres na ciência reflete o papel atribuído a elas na própria sociedade. Simone de Beauvoir escreve, em *O segundo sexo*, que, para provar a inferioridade feminina, os antifeministas apelaram não só para a religião ou para a filosofia, mas também para a ciência. Em relação a este último aspecto, quais seriam as pesquisas científicas utilizadas para comprovar esta inferioridade? Por que elas foram consideradas verdadeiras e aceitas pela comunidade científica e em que época histórica?

Sabe-se que a ciência não é neutra. A tese da neutralidade científica é contestada desde a década de 1930, quando o médico Ludwick Fleck afirmou que, sendo a ciência uma organização cooperativa, ela leva em conta as concepções individuais, as que unem os cientistas e a estrutura sociológica. A ciência, portanto, é resultado de influências ideológicas, sociais e políticas. A coleta de dados, a escolha dos objetos de pesquisa e a interpretação dos resultados pode variar conforme o gênero dos pesquisadores. Ao longo do tempo, a ciência endossou perspectivas daqueles que a produziam, ratificando uma visão de mundo que excluiu as mulheres da vida pública e da produção de conhecimento.

Este artigo busca investigar, por meio de revisão bibliográfica, que justificativas científicas foram utilizadas em cada época e por que elas foram aceitas como verdade, de modo a legitimar a suposta inferioridade feminina e excluir as mulheres da própria ciência, criando estereótipos de gênero que ainda permanecem em nossa sociedade.

A CIÊNCIA “CONTRA” AS MULHERES

Em *A criação do patriarcado*, Gerda Lerner defende que o patriarcado demorou cerca de 2.500 anos para se estabelecer, entre 3.100 a 600 a.C. (LERNER, 2021, p.32). Ao definir uma data para este surgimento, a autora sugere que este sistema é histórico e, portanto, construído ao longo do tempo, permitindo que haja mudanças em seu

funcionamento. Neste sistema, os homens têm o controle de instituições importantes da sociedade enquanto as mulheres são privadas desse poder. Se a submissão feminina não tem origem natural ou divina, como propõem os tradicionalistas, como ela surgiu?

Segundo Lerner, na pré-história - período compreendido entre milhões de anos atrás até a invenção da escrita, por volta do ano 3 mil a.C. - as sociedades eram caçadoras-coletoras, com homens, mulheres e crianças participando da produção e do consumo de bens e alimentos. As relações sociais eram instáveis, voluntárias, sem a necessidade de estruturas de parentesco ou transações entre as tribos. As mudanças nesta organização social vão se alterar por volta do ano 6 mil a.C. Esta interpretação, contudo, é recente.

A pré-história começou a ser estudada no século XIX e os primeiros textos sobre esta época parecem refletir mais a realidade do tempo em que foram escritos do que o modo de vida das primeiras civilizações. As pesquisas misturam teorias médicas com argumentos religiosos, que pregam a inferioridade das mulheres seja por ordem “divina” seja pela própria “natureza”. Enquanto os homens pré-históricos foram reconhecidos como caçadores de grandes animais, criadores de ferramentas e armas e conquistadores de vastos territórios, até a segunda metade do século XX, as mulheres não eram vistas como tendo contribuído para a evolução técnica e cultural da humanidade.

Até os anos 1950, predominava na arqueologia, na antropologia e nos estudos pré-históricos o modelo androcêntrico do “homem caçador”, que seria o principal provedor de alimento para a tribo. A partir da década seguinte este modelo é contestado, principalmente, por antropólogas feministas norte-americanas, entre elas Sally Linton. Em 1970, Linton apresenta, na reunião anual da Associação Norte-americana de Antropologia, o texto *Woman the Gatherer: male bias in Anthropology* (Mulher, a coletora: viés masculino na antropologia). Seu principal questionamento era o fato de as mulheres não serem igualmente provedoras em sociedades caçadoras-coletoras.

Em 1966, o pesquisador Richard Lee, já havia comprovado a importância das mulheres pré-históricas para a obtenção de alimentos. Na década seguinte, ele estudou o povo !Kung, sociedade de caçadores-coletores do deserto do Kalahari, na África meridional, e descobriu que a coleta de alimentos realizada pelas mulheres fornecia até dois terços da dieta do grupo. (SAINI, 2020, p. 170). É provável que a caça de grandes

animais, apesar de contar com maior prestígio e ser usada na troca de presentes, fosse uma atividade auxiliar.

Outro mito relacionado à Pré-história é o suposto fato de os homens terem criado as principais ferramentas utilizadas. É provável que as mulheres tenham inventado ferramentas de madeira, pele ou fibra que não resistem à passagem do tempo, como faixas para carregar bebês junto ao corpo, sacos de pele e “varas de cavar”, para tirar raízes e tubérculos do solo e matar pequenos animais; além de recipientes de argila devido à necessidade de levar alimentos para casa e estocá-los em momentos de escassez (SAINI, 2020, p.172). Entre as invenções femininas também estariam a cestaria e a olaria, bem como o desenvolvimento da horticultura e da própria agricultura. A socióloga Elise Boulding ressalta, ainda, que a “coleta de alimentos exigia um conhecimento elaborado de ecologia, plantas, árvores e raízes, além de suas propriedades como alimento e medicamento” (LERNER, 2021, p.73).

Existem diversas teorias que tentam explicar a passagem de um modo de vida mais igualitário, na Pré-história, para o começo do patriarcado. Para Friedrich Engels, em *A origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*, a “grande derrota histórica do sexo feminino”, a destruição do direito materno, está ligada à criação da propriedade privada. Para Engels, a humanidade vivia em sociedades tribais, igualitárias, com uma divisão sexual primitiva das atividades. O surgimento da pecuária dá origem ao comércio e, os excedentes desta atividade, levam à propriedade privada. De forma a garantir esta propriedade, os homens instituem a família monogâmica, o controle da sexualidade das mulheres e a transmissão da propriedade pela linha masculina, pondo fim à matrilinearidade.

Já os antropólogos Lévi-Strauss e Claude Meillasoux acreditam que a propriedade privada teria surgido a partir do comércio de mulheres. O desenvolvimento da agricultura teria fortalecido a estrutura familiar, já que a quantidade de alimentos depende da produção e, por sua vez, da disponibilidade de trabalho. Mulheres e crianças teriam se tornado indispensáveis, aumentando o incentivo da tribo para a aquisição de mais mulheres. A prática da agricultura teria reforçado também o controle dos homens sobre os excedentes.

A Antiguidade foi marcada pela consolidação do patriarcado, com o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, que levaram à sedentarização e uma

divisão sexual do trabalho mais acentuada, com o isolamento das mulheres na esfera doméstica. No período, assiste-se à comercialização de mulheres, que, segundo Levy-Strauss, poderia assumir diversas formas como casamentos arranjados e estupros. Surge também a cultura do guerreiro, para proteger a propriedade privada, mulheres e territórios conquistados.

Há, ainda, maior controle da sexualidade feminina, por conta da transmissão da propriedade privada e pelo valor das mulheres virgens para transações de casamento. Este controle da sexualidade das mulheres se reflete nos primeiros códigos legais que estabelecem, por exemplo, o uso do véu. O “Estado” passa a ter maior ingerência sobre assuntos que antes estavam restritos à esfera familiar. Das 282 leis do Código de Hamurabi (1750 a.C), 73 falam sobre casamento e questões sexuais. Entre as 112 Leis Médio-Assírias, 59 abordam esses temas (LERNER, 2021, p. 140).

Outro ponto importante é o surgimento das grandes religiões monoteístas. Muitos textos religiosos responsabilizam as mulheres pelo sofrimento da humanidade e por sua finitude, já que Eva teria sido a primeira a cometer o pecado, o “pecado original”. Alguns pesquisadores defendem, com base nos mitos sobre a criação do mundo (como Gaia, na mitologia grega, ou mamm-goz/Ana, a “grande mãe” do panteão celta) e em achados arqueológicos (como uma grande quantidade de estátuas femininas - 30 mil - encontradas em 3 mil sítios arqueológicos no sudeste da Europa) a veneração de uma deusa-mãe no período Neolítico, que seria muito difundida na Antiguidade.

No século I, o cristianismo rejeita o culto à deusa-mãe. Se antes o poder de criação estava ligado à deusa-mãe e sua relação com a terra e a fertilidade, com as religiões monoteístas, o poder de criação é dissociado da procriação. A fonte materna da criação do universo desaparece. No livro do Gênesis (15:4), Deus fala a Abrão: “aquele que *de suas entranhas sair* será seu herdeiro” e “às *suas sementes* eu dei esta terra” (Gênesis, 15:18). “A semente masculina adquire assim o poder e a benção da procriação que se abrigam em Jeová”, resume Lerner (2021, p.235).

A ideia da semente masculina para explicar a origem da vida será abordada por Aristóteles (384-322 a.C.). Segundo ele, “era o homem quem insuflava alma, vida e movimento à matéria inerte produzida no útero pela mulher” (DEL PRIORE, 2004, p. 84). A vida seria gerada pelo encontro do esperma com a catamenia da mulher, ambos chamados de sêmen ou semente. A diferença entre eles seria que a catamenia não estaria

em estado puro, já que o sangue feminino, mais frio, não permitiria sua transformação em esperma. O sexo masculino seria ativo e o feminino, passivo. Ele afirma que "o macho é macho em virtude de uma capacidade particular, uma fêmea é fêmea em virtude de uma incapacidade particular" e que "a fêmea é como um macho mutilado", "um macho infértil" (PATOUS-MATHIS, 2022, p.38). Aristóteles diz ainda que a maior presença do princípio feminino gera o nascimento de monstruosidades.

Ele é bem consistente ao argumentar que a inferioridade biológica da mulher deve torná-la inferior também em suas capacidades - sua capacidade de argumentar e, portanto, sua capacidade de tomar decisões. [...] A sociedade humana é dividida em dois sexos: o masculino - racional, forte, dotado de capacidade de procriação, guarnecido com alma e feito para dominar; e o feminino - emotivo, incapaz de controlar seus desejos, fraco, fornece pouco material para o processo de procriação, destituído de alma e feito para ser dominado. (LERNER, 2021, p. 254-256)

Contemporâneo a Aristóteles, Hipócrates, conhecido como "pai da medicina"⁴, dedica grande parte do texto Teoria dos deslocamentos da matriz para falar sobre o útero (matriz) e as menorreias (menstruações). Para ele, o útero seria semelhante a uma ventosa e poderia, ressecado ou aquecido, viajar pelo corpo até órgãos mais úmidos e frescos. A maior parte das doenças femininas, além de acidentes durante a concepção, a gravidez e o parto seriam decorrentes de uma disfunção da matriz. Já a menstruação atuaria como um processo de purificação do "sangue ruim".

Essas ideias vão permanecer por um longo tempo. O pensamento de Aristóteles terá grande influência na formação da ciência e na filosofia ocidentais. Oito séculos depois, no século XII, Tomás de Aquino afirma, por exemplo, que a concepção da mulher se deve a uma fraqueza do esperma. Da mesma forma, as ideias de Hipócrates ecoam nos séculos XVIII e XIX, quando médicos afirmam que as mulheres são afetadas pelos "humores" produzidos por seus órgãos genitais.

É a Hipócrates que devemos a invenção da palavra histeria, utilizada por ele para descrever uma doença que afetava o corpo inteiro e era causada pelo útero, a "sufocação da matriz". No ocidente medieval, a histeria é considerada uma possessão do corpo feminino pelo diabo. No início do século XIX, a maioria dos médicos atribuiu a doença a uma espécie de obstrução do útero ou a uma superexcitação da matriz.

⁴ Imhotep, do Antigo Egito, é considerado o primeiro médico da história, tendo morrido 2.500 anos antes de Hipócrates.

As mulheres, com suas emoções mal controladas, estariam "mais propensas a sofrer de doenças mentais". (PATOUS-MATHIS, 2022, p.64)

A Idade Média, do século V ao século XV, é marcada pelo surgimento - e posterior declínio - do feudalismo, pela ascensão da Igreja Católica, pela caça às “bruxas” e pelas primeiras universidades. As invasões “bárbaras” ao Império Romano levaram ao enfraquecimento das cidades e o êxodo para áreas rurais. No campo, como descreve Silvia Federici em *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpos e acumulação primitiva, as mulheres eram menos dependentes de seus parentes homens, já que todos estavam sujeitos à vontade do senhor das terras. Elas podiam trabalhar na terra e dispor de sua produção, além disso, o trabalho doméstico não era desvalorizado como seria em breve. A maioria das atividades das servas era realizada em conjunto nas terras comunais (pradarias, bosques, lagos, pastos que proporcionavam recursos para os camponeses), o que criava uma rede de proteção entre elas.

Com o cercamento dessas áreas comuns e as revoltas camponesas (contra impostos e obrigações militares), as mulheres perdem espaço nas áreas rurais e começam um movimento de retorno às cidades, no século XIII. Outro fator de grande impacto neste período foi a monetarização da economia, com o pagamento em dinheiro pelos serviços, o que criou diferenças de classes e uma massa de pessoas pobres. Nas cidades, a maioria das mulheres vivia em situação de pobreza, fazendo serviços mal pagos como vendedoras ambulantes, comerciantes, fiandeiras, membros de guildas menores (associações de artesãos) e prostitutas. Também realizavam trabalhos que logo seriam considerados masculinos, como ferreiras, açougueiras, padeiras, candeleiras, chapeleiras, cervejeiras, cardadeiras de lã e comerciantes (FEDERICI, 2019, p.56).

No século XIV, as mulheres também estavam tornando-se professoras escolares, bem como médicas e cirurgiãs e começavam a competir com homens formados em universidades, obtendo em certas ocasiões uma alta reputação. Dezesesseis médicas – dentre elas várias mulheres judias especializadas em cirurgia ou terapia ocular – foram contratadas no século XVI pela prefeitura de Frankfurt que, como outras administrações urbanas, oferecia à sua população um sistema de saúde pública. [...] Após a introdução da cesariana, no século XIII, as obstetras eram as únicas que a praticavam. (FEDERICI, 2019, p.57)

As mulheres também tinham certo controle sobre sua função reprodutiva, por meio de ervas transformadas em poções e supositórios vaginais (pessários). Em 1600, em partes da Europa, as mulheres tinham acesso a cerca de 200 tipos de contraceptivos ou abortivos, de origem vegetal ou mecânica (SCHIEBINGER, 2001, p.210). Na Alta Idade Média, a Igreja via essas práticas com certa indulgência: bastava pagar penitência por dez anos. A situação começa a se alterar, segundo Federici, quando o controle reprodutivo começa a ser considerado uma ameaça à estabilidade econômica e social, especialmente após a Peste Negra, que devastou cerca de 40% da população europeia.

Os primeiros julgamentos por bruxaria ocorreram no final do século XIV e se disseminaram por países como França, Itália, Alemanha, Suíça, Inglaterra, Escócia e Suécia. As mulheres podiam ser condenadas por crimes ligados a sua sexualidade, como promiscuidade e adultério; à reprodução, como abortos, seitas infanticidas e oferta de crianças ao demônio; a práticas mais imaginativas como dançar em sentido contrário ou roubar o pênis dos homens e escondê-los em ninhos ou caixas (FEDERICI, 2019, p.350)

Com a perseguição à curandeira popular, as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração, uma perda que abriu o caminho para uma nova forma de cercamento: o surgimento da medicina profissional, que, apesar de suas pretensões curativas, erigiu uma muralha de conhecimento científico indiscutível, inacessível e estranha para as “classes baixas” (EHRENREICH e ENGLISH, 1973; STARHAWK, 1997, apud FEDERICI, 2019, p.373)

O historiador francês Jules Michelet também aponta no livro *A feiticeira*, a importância dessas mulheres curandeiras:

O único médico do povo, durante mil anos, foi a Feiticeira. Os imperadores, os reis, os papas, os mais ricos barões dispunham de alguns doutores mouros e judeus de Salerno, mas a massa de qualquer estado, e pode-se dizer o mundo, só consultava a Saga ou Parteira. Se não curava, injuriava-a, chamava-a de feiticeira. Mas geralmente, por respeito misturado de receio, chamava-a de Boa Dama ou Bela Dama (Bella Donna), do mesmo nome que se dava às fadas... (MICHELET, 1992, p.4)

A Idade Média, contudo, como afirmam Kovalski, Tortato e Carvalho (2013, p.15), não se resume à caça às bruxas. As autoras lembram que, desde o século VI, as

mulheres ensinavam a adultos em mosteiros do oeste europeu. Elas destacam também as monjas que realizaram trabalhos como copistas, preservando textos antigos. Um exemplo é a abadessa Hildegarde Von Bingen, que escreveu, entre 1151 e 1158, uma enciclopédia farmacêutica com a descrição de trezentas plantas, minerais e metais com suas indicações terapêuticas. É uma obra de farmácia completa, que continuou a ser editada trezentos e cinquenta anos após sua morte.

Outro ponto importante, que faz frente à ideia da Idade Média como “Idade das Trevas” é o surgimento das universidades a partir do século XIII, em Bolonha, Paris, Montpellier e Oxford. Durante a Idade Média, as universidades estavam mais concentradas na transmissão do que na descoberta de conhecimento e sofriam grande influência da Igreja Católica. A escola de medicina laica da cidade de Salerno, na Itália, era considerada referência e contava com muitas mulheres entre estudantes e, até mesmo, entre os mestres.

A despeito das proibições que muitas universidades impuseram às mulheres em outros locais da Europa, a Itália continuou recebendo mulheres entre discentes e docentes nos séculos seguintes, com destaque para cientistas como a física Laura Bassi (1732), que se tornou membro do *Istituto delle Scienze*, em Bolonha, por seus trabalhos em mecânica; Maria Agnesi, reconhecida por seu manual sobre cálculo diferencial e integral (1748); Anna Morandi Manzolini (1750), que construiu modelos de cera para demonstrar o desenvolvimento do feto no útero, entre outras.

A cultura medieval, no entanto, é focada no conhecimento teórico. Não havia uma preocupação com o conhecimento prático. Esta mudança vai ocorrer com a chamada Revolução Científica, ocorrida nos séculos XVI e XVII. Galileu Galilei, Francis Bacon e Descartes são alguns dos nomes que marcam a primeira fase desta revolução, fora do ambiente das universidades.

Essa nova mentalidade, que aos poucos ganha seu espaço, impunha que o pensamento aristotélico e o racionalismo matemático não são suficientes para explicar os fenômenos físicos. [...] A revolução científica incorpora o empirismo e a observação para analisar os fenômenos e formular suas teorias. (COLETIVO GERTIANO, 2019, p.86)

A ciência moderna também exclui as mulheres. “Sir Francis Bacon, o ideólogo inglês do século XVII, conclamou a Royal Society de Londres a ‘desenvolver uma filosofia masculina’ (como era chamada a nova ciência)” (SCHIEBINGER, 2001,

p.138). Elas vão buscar conhecimento fora de instituições tradicionais como as sociedades científicas e as universidades. Na França e na Inglaterra, mulheres da aristocracia e da burguesia contribuem para a difusão de ideias científicas e filosóficas por meio de salões, onde se discutiam questões literárias, filosóficas e científicas. No entanto, conforme a ciência vai se profissionalizando, as mulheres vão perdendo espaço.

No início, quando a ciência era um passatempo para amadores entusiasmados, as mulheres tinham ao menos algum acesso a ela, mesmo que apenas ao se casar com cientistas abastados e ter a chance de trabalhar com eles em seus laboratórios próprios. Porém, no final do século XIX, a ciência já havia se transformado em algo mais sério, com seus próprios conjuntos de regras e grupos oficiais. As mulheres se viram quase que totalmente excluídas, como diz a historiadora Kimberly Hamlin, da Universidade de Miami: “o sexismo da ciência coincidiu com sua profissionalização. As mulheres passaram a ter cada vez menos acesso”. (SAINI, 2020, p.21)

No século XVIII, com o Iluminismo, a situação se repete. Embora a filosofia das luzes reivindique uma concepção de “natureza humana” e valores supostamente universais, as mulheres não estão incluídas neles. O filósofo Jean-Jaques Rousseau era um dos muito intelectuais que acreditavam, não na igualdade, mas na complementaridade entre os sexos. Assim, cada um deveria atuar em sua própria esfera. Os homens como provedores, as mulheres, no seu papel natural de esposa e mãe. Silvia Federici fala sobre a mudança na imagem da mulher a partir deste século:

Embora na época da caça às bruxas as mulheres tenham sido retratadas como seres selvagens, mentalmente débeis, de desejos insaciáveis, rebeldes, insubordinadas, incapazes de se controlarem, no século XVIII, o cânone foi revertido. Agora, as mulheres eram retratadas como seres passivos, assexuados, mais obedientes e morais que os homens, capazes de exercer uma influência positiva sobre eles. (FEDERICI, 2019, p.194)

Cada vez mais argumentos científicos seriam utilizados para “comprovar” a inferioridade feminina. No final do século XIX, ecoando antigas tradições, os cientistas italianos Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero afirmam que “a mulher é um ‘homem interrompido em seu desenvolvimento’, mais próxima do ancestral ‘pitecomorfo’”, ou seja, do macaco, e que “ao crescer ela não pode chegar ao estágio ‘superior’, pois a

ontogenia repete a filogenia”. (PATOUS-MATHIS, 2022, p.39). A evolução é citada diversas vezes como prova desta diferença entre os sexos.

Em 1871, Charles Darwin afirma, em *A descendência do homem e seleção em relação ao sexo*, que os indivíduos do sexo masculino se desenvolveram mais que os do sexo feminino devido à pressão para conquistar parceiras. De forma semelhante aos animais, como pavões machos que têm a plumagem mais brilhante ou leões que possuem jубas para atrair as fêmeas, os homens teriam se tornado superiores fisicamente e com uma mente mais aguçada. Sem levar em conta fatores como acesso à educação (negado às mulheres ao longo dos séculos), Darwin acreditava que uma evidência era a quantidade muito superior de homens com contribuições notáveis nas artes e nas ciências em relação às mulheres.

Outro argumento comum para atestar a menor inteligência das mulheres era o tamanho do cérebro. Um dos cientistas a sugerir isso foi William Alexander Hammond, ex-cirurgião geral do Exército dos Estados Unidos e um dos fundadores da Associação Norte-americana de Neurologia. A ideia era apoiada pelo biólogo evolucionista George Romanes. “Verificando que, em média, o cérebro das mulheres pesa 142 gramas a menos que o dos homens, por causas meramente anatômicas, deveríamos estar preparados para esperar por uma nítida inferioridade de capacidade intelectual nas primeiras”, afirma ele na revista *Popular Science Monthly* (apud SAINI, 2020, p.122).

Atualmente sabe-se que o tamanho do cérebro está ligado ao tamanho do corpo. Mesmo assim, o órgão continua gerando interesse entre pesquisadores que buscam identificar diferenças entre homens e mulheres. Em 2003, o psicólogo britânico Simon Baron-Cohen publicou o polêmico livro *The Essential Difference*, após estudo com mais de mil bebês, no qual ele concluía que

“Pessoas com cérebro masculino tendem a passar horas agradáveis [...] dedicando-se à matemática, ajustando seu aparelho de som, ocupadas com jogos de computador, programação, ‘faça você mesmo’ ou fotografia. Pessoas com cérebro feminino costumam preferir passar o tempo em cafés da manhã ou jantares sociais com os amigos, ou aconselhando-os em seus problemas de relacionamento, cuidando de pessoas ou animais de estimação, trabalhando como ouvintes voluntárias em serviços telefônicos de escuta a pessoas deprimidas, magoadas, carentes ou mesmo suicidas”. (apud SAINI, 2018, p.92)

Como se observa, ainda hoje algumas ideias sobre a diferença entre os gêneros permanecem, mostrando que é preciso continuar atento aos usos da ciência. Após séculos de exclusão, com pouca participação feminina na ciência, as mulheres finalmente estão conseguindo conquistar seu espaço em diversas áreas do conhecimento e atribuindo valores positivos ao que significa ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presas, bruxas, mentalmente fracas, emotivas, pecadoras, histéricas, úmidas, frágeis, moles, superficiais, pedantes, ora rebeldes, insubordinadas e promíscuas, ora passivas, castas e obedientes. Os estereótipos sobre as mulheres variaram ao longo da história. Em comum, a ideia de que elas seriam inferiores aos homens e, portanto, não deveriam ter acesso a direitos políticos, econômicos e sociais nem à educação e à produção do conhecimento. A ciência, ao lado da religião e da filosofia, foi utilizada para justificar essa inferioridade, ecoando, durante muitos séculos, ideias greco-romanas clássicas de mulheres como seres incompletos, inferiores “por natureza”.

Evolução sexual, tamanho do cérebro, hormônios, teorias aceitas como científicas pareceram estar “contra as mulheres” em diversas ocasiões. Em diferentes campos do saber como biologia, antropologia, zoologia, psicologia, suposições androcêntricas levaram a interpretações distorcidas, a partir de aspectos sociais e culturais. O valor dado a diferenças sexuais, conforme afirma Lerner, é, por si só, uma característica cultural.

A presença cada vez maior de mulheres na ciência, o avanço do movimento feminista e da luta por igualdade de direitos, entre outros motivos, possibilitou que muitos desses argumentos fossem revistos. Lamentavelmente, alguns estereótipos persistem no imaginário popular (por exemplo, a ideia de que as mulheres são menos aptas para as ciências exatas), bem como preconceitos e desafios para as mulheres nas carreiras científicas. Buscar as origens dessas construções, portanto, pode contribuir para desmistificar velhas ideias e fazer da ciência uma aliada pela equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 2020.

COLETIVO Gertiano. **Reflexões sobre o conhecimento científico**. Rio de Janeiro, RJ: Appris, 2019.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo, SP: Contexto, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** (Coletivo Sycorax, trad.). São Paulo, SP: Editora Elefante, 2019.

KOVALESKI, Nadia V. J.; TORTATO, Cíntia; CARVALHO, Marília. As relações de gênero na História das Ciências: A participação feminina no Progresso Científico e Tecnológico. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, PR, Vol. 13, Nº. 3, págs. 9-26., 2013. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5456430> Acesso em: 13 de agosto de 2023.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 2021.

MICHELET, Jules. **A feiticeira**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

PATOU-MATHIS, Marylène. **O homem pré-histórico também é mulher - uma história da invisibilidade das mulheres**. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2022.

SAINI, Angela - **Inferior: como a ciência se enganou em relação às mulheres e as novas pesquisas que estão reescrevendo esta história**. São Paulo, SP: Darkside Books, 2020.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.